

Plano Mais Brasil PPA 2012 2015

Dimensão Estratégica

**Relatório das Oficinas de Avaliação
- Ano Base 2013**

Eixo: Inserção internacional

INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFESA



Ficha Técnica

Oficina: Indústria Nacional de Defesa

Eixo: Inserção internacional

Data: 02/12/2013

Local: ENAP. SAIS Área 2A, Sala 119, térreo - Setor Policial Sul – Brasília, DF

Secretária da SPI/MP: Esther Bemerguy

Diretor SPI/MP: Jorge Abrahão

Coordenador Geral: Ricardo Bielschowsky

Coordenador Técnico: Samuel Pinheiro Guimarães

Relator: Thiago Gehre Galvão

Participantes¹: Flávia de Holanda Schmidt (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), José Carlos Albano do Amarante (Universidade Federal Fluminense), José Eduardo de Sá Gonçalves (Ministério da Defesa), José Viegas Filho (ex-ministro da Defesa), Mariana Fonseca (Instituto Pandiá Calógeras-Ministério da Defesa), Ronaldo Carmona (Universidade de São Paulo) e Sami Hassuani (Avibras).

¹ A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MP) agradece a participação dos debatedores convidados e demais técnicos e colaboradores que estiveram presentes à oficina. O objetivo deste relatório é levantar questões e oferecer subsídios para discussões sobre o tema por governos e pela sociedade. As opiniões aqui contidas não expressam necessariamente posições institucionais da SPI/MP ou das demais instituições representadas, nem refletem obrigatoriamente concordâncias plenas de todos os participantes da oficina.

Questões Orientadoras do debate

1. O Brasil tem estimulado adequadamente a realização de investimentos pela indústria nacional de defesa?
2. Quais os principais obstáculos a serem superados para além da necessidade de ampliação do montante e a regularidade na aplicação de recursos?
3. Que medidas precisam ser adotadas para estimular a ampliação dos investimentos na indústria nacional de defesa e o incremento da competitividade e da produtividade (arrasto tecnológico)?

Temas sugeridos para o debate

1. Inserção internacional soberana, investimentos e compras governamentais frente às necessidades atuais e futuras de defesa nacional.
2. Investimentos, compras governamentais, aplicação dual e transbordamento/arrasto tecnológico para outros setores da economia.
3. Offsets tecnológicos nas importações e exportações de materiais de defesa e transferência de tecnologia entre instituições governamentais e base industrial de defesa.

Diagnóstico

Inserção internacional soberana, investimentos e compras governamentais frente às necessidades atuais e futuras de defesa nacional

Constatou-se que há uma contraposição entre o que afirma a carta das Nações Unidas sobre o monopólio do uso da força por parte da ONU e a existência de um sistema oligárquico no Conselho de Segurança, possibilitando que seus membros permanentes (Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China) tenham poder de veto e decidam as questões mais relevantes como intervenções militares e a possibilidade de se deter e usar armas atômicas. Estes países e seus aliados concentram o comércio de armas em nível mundial, ao mesmo tempo em que estimulam o desarmamento dos não alinhados.

A cooperação e a transferência de tecnologia são restritas em setores sensíveis como missilístico e nuclear, dificultando que empresas de países como o Brasil consigam se desenvolver em áreas de ponta, o que limita, por exemplo, o avanço de tecnologias complementares com aplicações civis.

No jogo entre o público e o privado na área de defesa é prudente e necessário evitar que o desenvolvimento das empresas brasileiras resulte na sua posterior venda ou apropriação por empresas estrangeiras. Da mesma forma, faz-se necessário aprofundar as políticas de indução dos investimentos, incentivando o estabelecimento de patentes por empresas brasileiras.

O entendimento sobre o setor de defesa envolve algumas premissas: i. Defesa é assunto de Estado, envolve vários ministérios e requer planejamento e investimentos de longo prazo; ii. Não há perspectiva de captação, no mercado internacional, de recursos para investimentos em defesa nacional; e iii. Incentivos estatais a investimentos relacionados à defesa nacional são dispensados, pelas suas especificidades, de diversas restrições estabelecidas pela Organização Mundial do Comércio.

A indústria de defesa apresenta dois pilares: soberania e política industrial. A política industrial gera desenvolvimento e inovação,

com criação de produtos de alto valor agregado e diversificação da pauta de exportações.

A agenda da indústria da defesa passou a ter importância na pauta das políticas públicas do Brasil. Contudo, percebe-se insuficiente articulação entre as políticas desenhadas para a área de defesa. Por exemplo, os países tendem a não adquirir um material de defesa se o próprio país produtor não o utiliza.

Além disso, outros fatores afetam a viabilidade da indústria de defesa:

- Alteração nos cenários e tipos de conflito. Vivemos um contexto de guerras assimétricas, cibernéticas, incursões relâmpagos, vants, sabotagem física e eletrônica;
- Há necessidade de um incremento notável das necessidades específicas de defesa: proteção dos nossos recursos naturais, instalações em terra e mar, comunicações avançadas;
- Existem oportunidades associadas ao crescente interesse de empresas brasileiras não tradicionais em se envolver na área de defesa;
- Temos como diferencial a coordenação regional com os países vizinhos, que tem se institucionalizado no âmbito da Unasul e do Conselho de Defesa Sul-Americano; e
- O aprofundamento da visão regional sobre a liderança brasileira, bem como o nível industrial atingido pelo Brasil, pode estabelecer um patamar para a conformação de um mercado comum de indústria de defesa.

Ainda que o foco seja buscar autonomia para equipar as forças armadas, a articulação com a base industrial dos países vizinhos e o papel do Conselho Sul-Americano são apontados como possíveis caminhos para o desenvolvimento das indústrias de defesa da região. Ademais, entende-se que a base industrial de defesa não se forma apenas a partir das indústrias, como também pelas instituições públicas e privadas, de ciência e tecnologia e organizações financiadoras (como BNDES e FINEP).

O diagnóstico aponta a necessidade de garantias governamentais para ampliação das linhas de financiamento e cooperação entre os países.

Em outra dimensão, a discussão enfocou a análise conceitual da autonomia nacional. Há que se trabalhar também com a possibilidade de cenários futuros que considerem riscos e ameaças ao Brasil em seu entorno estratégico, devido à crescente demanda por recursos naturais. Daí decorreria a necessidade de reestruturação da indústria de defesa: pelo fortalecimento das demandas de um Brasil que ascendeu no cenário internacional, mas que não foi acompanhado pelo devido desenvolvimento militar.

Da mesma forma, justifica-se a necessidade de evolução de um planejamento estratégico que resguarde a ascensão internacional brasileira, já que é preciso ter meios e condições para manter os interesses nacionais e a defesa da soberania. Nesse sentido, há uma enorme potencialidade na inclusão da indústria brasileira de defesa dentro do debate de projeto nacional na Estratégia Nacional de Defesa. Igualmente, no debate sobre a industrialização recente a indústria de defesa deveria ser uma das bases desse novo ciclo. De fato, a indústria de defesa tem potencial para ser um dos pilares do novo ciclo de industrialização que o país precisará discutir.

Afinal, a inserção soberana do Brasil no cenário internacional é prejudicada na medida em que o país ainda depende em grande medida de compras externas para suprir suas necessidades de materiais de defesa. Uma base industrial de defesa se sustenta em 5 pilares: científico, tecnológico, infraestrutural, industrial e logístico.

O diagnóstico aponta que o Brasil apresenta dificuldades em seguir esses pilares, pois exige uma gestão complexa que inclui órgãos institucionais e empresariais. De fato, não é algo simples desenvolver tecnologia por conta própria, sendo necessário tanto um planejamento como uma gestão integrada do setor pelos diferentes atores envolvidos.

Quanto aos cenários de guerra contemporânea, apontam para a seguinte tendência: vencem as tecnologias modernas como a robotização, automação e guerra sistêmica. Coloca-se uma questão estratégica para a guerra do futuro em cenários prospectivos de quais fatores tecnológicos devem ser priorizados. Entende-se que a guerra do futuro será eletrônica, assimétrica e com predomínio da multipolaridade e do multilateralismo.

No Brasil, houve um aumento absoluto no orçamento de defesa. Mas é necessário ampliar os investimentos em alta tecnologia, bem como otimizar os recursos existentes.

Investimentos, compras governamentais, aplicação dual e transbordamento/arrasto tecnológico para outros setores da economia

Neste quesito, o diagnóstico identificou a ausência de um sistema integrado de demanda/compra e produção/inação no Brasil. O governo brasileiro parece não conhecer as estratégias das empresas e as próprias empresas não se conhecem, no sentido de possuir conexões ou ligações que promovam a produção conjunta.

Indaga-se até que ponto essa construção sistêmica de uma capacidade nacional de produção ligada a situações críticas, como a cibernética, estaria presente no país e por onde se pode caminhar para se ter maior sinergia entre empresas e governos.

Primeiramente, destaca-se a entrada de empresas estrangeiras em setores nos quais é possível encontrar as poucas empresas nacionais com capacidade de desenvolvimento tecnológico, como a Petrobras, o que poderia afetar o desenvolvimento tecnológico nacional.

Segundo, a indústria de defesa deveria ser utilizada como política industrial para agregar valor e conhecimento, gerando arrastos. Nesse caso, deveria ser reconhecido que o maior ativo das empresas é o acervo de conhecimento, e não a base física. Logo, o investimento em mão de obra especializada deve ser mantido mesmo diante de desonerações na folha de pagamento.

Terceiro, e em relação à integração da cadeia de produção, é preciso ter atenção com os pequenos empresários de base tecnológica para que insumos sejam comprados no Brasil e, assim, toda a cadeia produtiva se estabeleça dentro do país.

Quarto, dado que a natureza do combate mudou devido ao transbordamento tecnológico de defesa, percebe-se que a fronteira entre os assuntos civis e militares é mais tênue, com as tecnologias civis avançando sobre o setor militar e vice versa. Por

isso, deve-se aproveitar a tendência e estimular maiores sinergias entre tecnologias de interesse civil e militar.

Da mesma forma, o público e o privado devem estar interligados no que diz respeito a investimentos e compras de armamentos de defesa. O Ministério da Defesa já tem um departamento que cuida de ciência e tecnologia, mas precisa ampliar as articulações com instituições não militares. O Brasil possui uma indústria de defesa em transformação, com programas de defesa e segurança sólidos e importantes nas três forças armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica).

Contudo, dentro desse processo de desenvolvimento, alguns setores sofrem de carências que acabam resultando em áreas atrasadas, como, por exemplo, o programa aeroespacial, estagnado após o incidente ocorrido no Centro de Lançamento de Alcântara, e o programa cibernético, ainda incipiente.

De fato, a maturidade da gestão governamental de defesa depende do acúmulo de experiências. Quanto à transferência de tecnologia, parece só existir quando há contratação de programas de cooperação, como os projetos Guarani e Sisfron.

Torna-se vital concentrar esforços nas áreas de defesa cibernética e aeroespacial, o que levanta dúvidas sobre o investimento em compras, pois hoje em dia trabalha-se mais com o aspecto da demanda do que com a questão da capacidade. Devemos nos perguntar: qual a capacidade de defesa que o Brasil precisa ter? Para responder a essa pergunta, seria interessante aproximar a indústria ao governo para se ter clareza sobre o interesse nacional brasileiro e o que o país pode ter.

Nesse caso, as diferentes iniciativas no governo e na indústria colocam em foco a necessidade de uma coordenação e uma articulação central que forneça orientações, pois uma vez definida a estratégia e após essa coordenação, fica mais fácil avançar e gerar transbordamentos e programas. Igualmente, a necessidade de coordenação na base industrial de defesa deveria transcender o Ministério da Defesa e as Forças Armadas.

Esse debate remeteu o diagnóstico a olhar para o modelo das décadas de 1970 e 1980, que visou ampliar as capacidades

científica e tecnológica em torno de programas mobilizadores. A ideia era conseguir agregar conhecimento para superar gargalos e desafios tecnológicos que o país vislumbrava, bem como promover iniciativas coordenadas para substituir importações e gerar uma indústria mais autônoma, saindo de uma posição de vulnerabilidade.

O intuito de agregar capacidade à indústria de defesa é transformar a realidade e superar os desafios a partir de programas mobilizadores da sociedade. Persiste, contudo, um dilema institucional de como ampliar a coordenação intragovernamental a um nível de coordenação superior ao atual, dada a dificuldade intrínseca de realizar a dualidade tecnológica: a transferência e o transbordamento. Isso se dá na medida em que a empresa detentora de determinada tecnologia não tem nenhum interesse de compartilhá-la. Logo, como cada setor possui suas nuances, não é possível dominar todo o conhecimento e agregá-los em uma empresa ou iniciativa.

O caminho seria investir em P&D, sem restringir a capacidade dos médios e pequenos empresários. Isto porque existe sempre o risco das pesquisas de alto valor tecnológico colocarem os pequenos empresários às margens do processo de desenvolvimento.

Em suma, ainda que existam dificuldades de desenvolver tecnologia de uso civil e de emprego em massa, medidas de favorecimento da entrada de empresas na indústria de defesa deveriam ser adotadas, bem como incentivos às universidades para o desenvolvimento de pesquisas na área de defesa.

Offsets tecnológicos nas importações e exportações de materiais de defesa

A prática de offset, ou seja, de compensação comercial, industrial e tecnológica, foi adotada nas últimas décadas como instrumento de fortalecimento tecnológico e desenvolvimento industrial.

É crescente a percepção de que a prática de offset beneficia mais os ofertantes do que os países que recebem tais compensações. Sabe-se que a transferência de técnica não é tecnologia, não é "*know how*". A tecnologia envolve conhecimento do que está

sendo desenvolvido e que métodos e técnicas e componentes e fórmulas estão sendo usados. E o conhecimento, por sua vez, advém de “fazer” e não de “receber”.

Ainda assim constatou-se que no futuro próximo o offset tende a continuar sendo prática recorrente no mundo, cabendo ao Brasil buscar se beneficiar dela da melhor forma possível. Se não há capacidade de criar um processo produtivo dentro do país, o offset é bem vindo. Seus desdobramentos dependem de cada caso e situação.

Um exemplo de empreendimento bem sucedido foi o projeto AMX: 70% do projeto foi feito no Brasil. O que é diferente de índices de nacionalização, em que o produto é feito no exterior e recebemos uma parte para fazer. A realidade é que o índice de participação das empresas brasileiras é muito pequeno no setor de defesa, sendo que pesquisas apontam que o que foi alcançado já fazia parte das técnicas dominadas pela indústria nacional. Ou seja, o que era feito não era considerado efetivo para aperfeiçoar e mudar o patamar tecnológico da indústria de defesa. Por isso, o AMX foi exemplo de cooperação bem sucedida, derivada de um *offset*.

Nesse cenário, a expectativa da cooperação Brasil-França no projeto de submarino e navios prevê a absorção da tecnologia francesa para capacitar a Marinha e os agentes privados para construir navios e submarinos, o que é um passo importante para construir uma indústria brasileira de qualidade.

Portanto, a responsabilidade é definir uma concepção que gere um modelo para a indústria de defesa, visto que o offset é um dado da realidade no mundo da indústria da defesa, tornando-se exigência impositiva em alguns contratos internacionais. Assim, no Plano Brasil Maior precisa-se renovar a política de offset e criar instrumentos financeiros que possam suprir tais demandas.

Há um consenso de que o offset não vai acabar, pois é um meio de negócio, é mais uma ferramenta à disposição, um instrumento para dar continuidade a um acordo ou política. Para um país emergente é possível prescindir do offset recebido de outros países, dependendo de quem são os atores envolvidos no

processo, se há interesse ou não de transferir tecnologia e se há capacidade de absorção por parte de quem demanda.

Sugestões

Inserção internacional soberana, investimentos e compras governamentais frente às necessidades atuais e futuras de defesa nacional

Dentre as proposições apresentadas nessa sessão, sublinha-se como prioridade o avanço no arcabouço jurídico e nas medidas de política industrial de defesa para respaldar uma nova fase de iniciativas políticas e de decisões para a indústria de defesa que gerem daí resultados substanciais.

Como sugestão, apontou-se a sistematização das compras de defesa constando em lei, com planejamento plurianual e definição de regras claras. Se existem necessidades programadas por áreas, com projeções, com gastos ideais, com um horizonte de futuro, então todas essas especificações deveriam constar no plano para empresas estratégicas de defesa. Assim sendo, haverá maior regularidade e previsibilidade das compras de defesa.

Como sugestão consensual apresentou-se a necessidade de o Brasil organizar um mercado mais amplo, regular e robusto de produção e compra de materiais de defesa, reduzindo dessa forma a dependência em relação ao comércio exterior, tanto no que se refere à importação quanto à exportação.

Em um cenário de insuficiência de financiamento para promover o reaparelhamento das forças, deve-se buscar aprimorar o Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED) e promover um alinhamento com a Estratégia Nacional de Defesa. Nesse sentido, faz-se necessário ter mais clareza legal quanto às formas de financiamento, definindo, inclusive, as funções da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Outra proposição é de que a União deva deter uma participação acionária (Golden share) nas empresas estratégicas de defesa para fortalecer a base industrial. Além disso, devem-se ampliar as visitas de Estado como instrumento de estímulo às exportações brasileiras. Precisam ser formuladas, ainda, garantias financeiras aos países compradores. Outra possibilidade é a formação de consórcios com outros países, visando ampliar a escala de demanda. Assim sendo, a relação de confiança com os vizinhos da América Latina é um pressuposto para avançar nesse caminho.

Ainda que o governo brasileiro apoie a inserção internacional das empresas industriais nacionais, este estímulo ainda é mais tímido do que o apoio que empresas estrangeiras recebem dos seus governos. Mesmo havendo qualificação e avanço tecnológico, essas variáveis não serão um diferencial se não houver apoio político para fazer com que os produtos e serviços nacionais cheguem de forma competitiva no mercado internacional. Há também a necessidade de se definir setores tecnológicos em que a indústria brasileira tenha capacidade de dominar 100% do processo de produção.

Existem quatro processos para se obter materiais de defesa: a) desenvolvimento autônomo; b) desenvolvimento cooperativo com outros países; c) desenvolvimento cooperativo com empresas de outros países e; d) transferência de tecnologia. Também foi consenso a necessidade de se desenvolver programas de cooperação que visem à absorção de tecnologia em vários setores.

Para além das necessidades de financiamento, comentou-se que também são necessárias melhorias de gestão. A coordenação das diferentes ações ministeriais é um ingrediente fundamental e é um papel que poderia ser feito pelo Conselho Nacional de Defesa. Quando a coordenação é bem concebida e articulada, consegue-se colocar em prática mecanismos que já existem, mas que enfrentam dificuldades de implementação. Neste sentido, é preciso avançar também na área de tecnologias de informação e conhecimento.

Foi sugerido que ainda ficava pendente um debate sobre o direcionamento que o Estado deve dar a base industrial de defesa. A pergunta que poderia guiar a discussão seria: o que o Brasil

vislumbra estrategicamente para a indústria de defesa daqui a vinte anos? A estruturação da indústria deve ser feita em bases monopolísticas/oligopolísticas ou devem se firmar pilares em cada um dos setores? Outra discussão situa-se na governança da indústria: como obter uma coordenação mais robusta relacionada a decisões?

Por fim, a necessidade de substancial apoio à pesquisa na temática da defesa. Os estudos poderiam, por exemplo, fazer um levantamento da cadeia produtiva da base industrial dos países da América do Sul para a consolidação da base industrial de defesa. O aprofundamento e o avanço das pesquisas poderiam auxiliar na definição de nichos específicos do desenvolvimento de tecnologias.

Investimentos, compras governamentais, aplicação dual e transbordamento/arrasto tecnológico para outros setores da economia

Considerando-se o Estado o principal interessado no desenvolvimento da área da defesa, por um lado incentivando e criando mecanismos para o crescimento da indústria especializada e, por outro lado, consumindo os produtos advindos dessa mesma indústria, seria adequado que o Estado detivesse o golden share das indústrias nacionais de defesa. Com isso, se impediria que o financiamento do Estado resultasse na venda das empresas para concorrentes estrangeiras. Neste caso, para que o Estado garanta os contratos das empresas, é necessário um orçamento de defesa plurianual não contingenciável.

Ademais, também é papel do Estado dinamizar a gestão e coordenação da política de defesa. É essencial a participação do Conselho Nacional de Defesa, que precisa dinamizar suas reuniões para colocar em funcionamento as políticas e projetos.

Além disso, é preciso definir uma política industrial que integre Presidência da República, Ministério do Planejamento, Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Outra sugestão aponta para massificar o desenvolvimento na área de P&D por ter uma capacidade extraordinária de gerar

transbordamento e difusão para o conjunto da economia. Neste caso, tornam-se estratégicos o incentivo à pesquisa nas universidades que agreguem valor à indústria brasileira.

Da mesma forma, para que haja integração efetiva entre setor público, setor empresarial e academia é preciso uma mudança cultural capaz de superar preconceitos mútuos. Outro aspecto do desenvolvimento de pesquisa é que a mão de obra qualificada precisa ser mantida no Brasil.

Manifestou-se também o imperativo de desenvolvimento de tecnologias de informação e conhecimento permeando as áreas nuclear e espacial, dentre outras. Assim, teríamos o conceito de self-reliance atrelado ao domínio tecnológico embutido em programas nacionais.

A demanda da indústria militar associa o conhecimento científico agregado ao desenvolvimento tecnológico. A definição das tecnologias prioritárias para os produtos de defesa é feita endogenamente. Contudo, não se pode estimular apenas pesquisas “intramuros” vinculadas ao Ministério da Defesa.

Ainda existe uma carência a ser superada que está relacionada com os mecanismos de operacionalização dos programas por meio das agências de fomento que poderiam estar mais envolvidas como o CNPQ e a FINEP. Há ainda que se definir o papel essencial do BNDES como indutor para investimentos em projetos a serem levados adiante.

Atualmente, o maior problema do financiamento diz respeito ao orçamento não previsível. Defende-se que os recursos do pré-sal poderiam ser canalizados para criar um planejamento de defesa eficaz e uma indústria soberana.

Outro ponto enfatizado é que a política de defesa deve aproveitar ao máximo os contratos firmados em negócios bilaterais e regionais, estabelecendo programas cooperativos na sequência dos contratos. A indústria de defesa sofre influência de base científica, tecnológica, infraestrutural, logística. Por isso, a necessidade de aplicação de novos contratos de desenvolvimento de tecnologias e produtos/sistema de defesa a serem desenvolvidos em conjunto por cláusulas de cumprimento das etapas ou de obtenção de determinados requisitos operacionais (sistemas de defesa).

Algumas experiências exitosas de outros países foram mencionadas para que se retirem lições para o planejamento no Brasil, como, por exemplo, na Alemanha, o Triplo X (universidade, estado e indústria), no caso do Centro de Inovação de Munique, em que a indústria é chamada para explicar como e em que vai inovar. Devemos observar também a TGA, na França, que é uma experiência interessante.

Foi mencionada também a possibilidade de criação de uma entidade capaz de tomar decisões que estejam além das atribuições das forças armadas. Essa proposta de estruturação de um sistema de gerenciamento nacional para o setor de defesa, inclusive, para justificar perante a sociedade brasileira eventuais gastos ou aumento de gastos que venham a acompanhar o desenvolvimento da indústria de defesa.

Offsets tecnológicos nas importações e exportações de materiais de defesa

Foi proposto definir um modelo encadeado com a demanda. Para isso seria preciso um processo integrado com diferentes atores do governo e o desenvolvimento da capacidade industrial, com controle de informações associados à capacidade de investimento e planejamento. O Brasil quer tecnologia e não técnica; quer conteúdo nacional e não índice de nacionalização. Dentre as opções de offset, é necessário decidir qual é a melhor atitude a se tomar:

1. importar sem obter compensações costuma ser a pior opção;
2. importar obtendo compensações pode ser melhor, a depender das compensações obtidas;
3. cooperações (50% para cada parte) tendem a proporcionar maiores benefícios para o país e;
4. o ideal é desenvolver tecnologias de forma autônoma sempre que possível.

A prática de *offset* só é interessante quando há a possibilidade de absorver a tecnologia da empresa estrangeira em torno de um programa industrial, podendo utilizá-la em oportunidades

futuras. O elemento chave da real absorção de tecnologia se dá num contrato, no Brasil, por uma empresa estratégica brasileira, obtendo a incorporação da tecnologia em um processo industrial feito aqui por uma empresa nacional. Então, o melhor é ter um conteúdo nacional, mas desde que seja um processo organizado e de forma gradativa.

O *offset* é uma compensação em uma área que não foi bem sucedida no país. Daí a proposta de trocar o *offset* por parcerias, cooperação e desenvolvimento conjunto.

Por outro lado, pode ser estabelecida uma política nacional de compensação que já se encontra em formulação no Ministério da Defesa, a qual possibilitará que empresas nacionais tenham condição de ofertar *offset*. Dessa forma, criar-se-á um banco de crédito capaz de listar *offsets* dos dois lados, capitalizando um meio de negociação.

E se praticados, que meios utilizar para que os *offsets* propiciem uma transferência de tecnologia eficiente? Por meio de empreendimento conjunto, com orientações políticas para garantir uma efetiva incorporação de tecnologia. O país deve se preparar para essa situação, definindo quais as iniciativas de governo para alinhar os interesses, preparando um arsenal de políticas para a área de *offset*.

A construção local de uma empresa brasileira dos bens que compramos seria ideal, pois quando são importados insumos para a defesa brasileira alongamos os caminhos para consolidar a indústria nacional. Na área de estruturação e compra da indústria de defesa, nossa opção primária não poderá ser o *offset*. Todavia, trata-se de um instrumento que pode ter sua utilização aperfeiçoada.



cgge



Ministério do
Planejamento

G O V E R N O F E D E R A L



PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA